



**PAU DOS FERROS**  
Mais trabalho, mais compromisso  
PREFEITURA

Secretaria de Governo  
SEGOV

## LEI Nº 1486/2015

**ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº. 1402/2013, QUE TRATA DA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FundeB).**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN** faz saber que a Câmara Municipal de PAU DOS FERROS/RN aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O artigo 2º da Lei Municipal nº. 1402/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação, a seguir, discriminados:

- I- 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo, pelo menos 01 (um) deles da Secretaria de Educação - SEDUC e 01 (um) da Secretaria de Finanças ou Administração, indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- III- 01 (um) representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
- IV- 01 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;
- V- 01 (um) representante dos diretores das escolas de educação básica pública municipal;
- VI- 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas da educação básica pública municipal;
- VII- 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica das escolas públicas municipais;



**PAU DOS FERROS**

Mais trabalho, mais compromisso

**PREFEITURA**

Secretaria de Governo  
SEGOV

VIII- 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos de idade, 01 (um) dos quais deverá ser indicado por entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos II e III deste artigo, serão indicados pelos seus pares após processo eletivo organizado para escolha dos indicados.

§ 2º Os membros de que tratam os incisos V, VII e VIII deste artigo, serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 3º Os membros de que tratam os incisos IV e VI deste artigo, serão indicados pelas entidades sindicais da respectiva categoria, em fóruns deliberativos.

§ 4º A indicação referida no *caput* deste artigo, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores.

§ 5º Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 2º.

§ 6º São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

- I- Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
- II- Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III- Estudantes que não sejam emancipados; e
- IV- Pais de alunos que:
  - a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
  - b) Prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

**Art. 2º** - A presente norma entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*J*




**PAU DOS FERROS**  
Muito trabalho, mais compromisso

PREFEITURA

Secretaria de Governo  
SEGOV

Sala de despachos da Prefeitura de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, em 23 de abril de 2015.

  
**Luiz Fabrício do Rêgo Torquato**  
Prefeito